

Documento Estratégico

# Colmatar a Lacuna: Promover a Educação de Raparigas em Contextos de Crise e de Conflito



Rede Interinstitucional  
para a Educação em  
Situações de Emergência

**A Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE)** é uma rede internacional e aberta de representantes das organizações não-governamentais, agências das Nações Unidas, entidades doadoras, governos e instituições acadêmicas que trabalham em conjunto para assegurar o direito à educação segura e de qualidade para todas as pessoas afetadas pela crise. Para saber mais, visite [www.inee.org/pt](http://www.inee.org/pt)

### **Publicado por**

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE)  
a/c Comité Internacional de Resgate  
122 East 42nd Street, 12th floor  
Nova Iorque, NY 10168  
Estados Unidos da América

INEE © 2021

### **Citação Sugerida**

Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE). (2021). *Colmatar a Lacuna: Promover a Educação de Raparigas em Contextos de Crise e de Conflito*. Nova Iorque, NY. <https://inee.org/pt/resources/colmatar-lacuna-promover-educacao-de-raparigas-em-contextos-de-crise-e-de-conflito>

### **Licença**

Este documento está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-ShareAlike 4.0. Esta licença é atribuída à Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE).



### **Imagem da capa**

Pakistan, 2010; IRC

# Agradecimentos

Este documento estratégico foi redigido por Ruth Naylor, a principal autora do relatório Cuidado com a Diferença: O Estado da Educação de Raparigas em situações de Crise e Conflito. Resume as conclusões do documento Cuidado com a Diferença e foi encomendada pela Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE), sob a tutela do Grupo de Referência da INEE sobre a Educação de Raparigas em situações de Emergência. As constatações e conclusões deste documento estratégico são da responsabilidade da autora e não refletem necessariamente as posições ou políticas da INEE.

Gostaríamos de agradecer ao Grupo de Referência da INEE sobre a Educação de Raparigas em situações de Emergência, à Equipa Temática da INEE sobre Género e a outras pessoas, que dedicaram o seu tempo e experiência ao projeto para informar este documento estratégico. Foi revisto pelo Centro Internacional para a Educação de Raparigas e Mulheres em África, pela Fundação Aga Khan no Canadá, pela Educação Acima de Tudo, pela Educação Não Pode Esperar, pelo Fórum para Mulheres Educadoras Africanas, pela Agência Alemã de Cooperação Internacional (GIZ), pelo Ministério Federal Alemão da Cooperação Económica e do Desenvolvimento, pela Global Affairs Canada, pela Plan Internacional Canadá, pela Right To Play, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, da Commonwealth e do Desenvolvimento do Reino Unido, pela Iniciativa das Nações Unidas para a Educação das Raparigas, pelo Relatório de Monitorização Global da Educação da UNESCO, pelo Instituto de Estatística da UNESCO, pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados, pelo Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância, pelo Serviço Universitário Mundial do Canadá e pela World Vision Canadá.

A INEE agradece o apoio financeiro fornecido pela Global Affairs Canada para este documento estratégico. Estamos gratos às agências, fundações, instituições e pessoas que dão apoio financeiro e em espécie à rede.

O processo de desenvolvimento do documento estratégico foi gerido por Laura Davison, Coordenadora Sénior de Políticas e Parcerias da INEE, e Lauren Gerken, Gestora do Projeto de Género da INEE.

A edição da cópia foi fornecida por Alison McKelvey Clayson.

O design foi desenvolvido por 2D Studio.

Esta tradução resultou de uma colaboração entre a organização Translators without Borders (Tradutores sem Fronteiras) e a INEE.

# Índice

<b>Introdução</b>	<b>5</b>
<b>Progresso</b>	<b>6</b>
<b>Lacunas</b>	<b>8</b>
Lacunas ao nível de fornecimento	8
Lacunas a nível do financiamento e dos mecanismos de financiamento	15
Lacunas a nível dos dados	17
<b>Ações</b>	<b>19</b>
Desenho de Programas	19
Políticas e planeamento	20
Financiamento	21
Recolha, monitorização e análise de dados	22

# Introdução

Paquistão, 2011 © P Biro, IRC

Nas últimas décadas, houve, a nível global, um progresso significativo na expansão das oportunidades de educação para raparigas e mulheres. No entanto, milhões de raparigas e mulheres afetadas por crises e conflitos continuam a ser deixadas para trás.

Na 44.<sup>a</sup> Cimeira do Grupo dos Sete (G7) organizada pelo Canadá, em Charlevoix, em junho de 2018, os líderes de sete das maiores economias do mundo<sup>1</sup> adotaram a Declaração Charlevoix sobre Educação de Qualidade para Raparigas, Adolescentes (raparigas) e Mulheres em Países em Desenvolvimento (doravante denominada “Declaração de Charlevoix sobre Educação de Qualidade”), assumindo o compromisso coletivo de investir em educação e em formação de qualidade para raparigas e mulheres durante conflitos e crises, incluindo para pessoas refugiadas e pessoas deslocadas internamente. A Declaração de Charlevoix sobre Educação de Qualidade serviu como um marco para chamar a atenção global para esta questão e gerou um investimento financeiro histórico por parte das entidades doadoras. Em Charlevoix, em 2018, o Canadá, a União Europeia, a Alemanha, o Japão, o Reino Unido e o Banco Mundial fizeram o compromisso conjunto de apoiar os objetivos da Declaração com um montante de 3,8 mil milhões de dólares canadianos. Na Assembleia Geral das Nações Unidas, que se realizou num período posterior desse mesmo ano, a Dinamarca, a Holanda, a Noruega e o Catar comprometeram-se a doar mais 527 milhões de dólares canadianos.

Este documento resume as conclusões do relatório de monitorização: Cuidado com a Diferença: O Estado da Educação de Raparigas em situações de Crise e Conflito,<sup>2</sup> que foi encomendado pela Rede Interinstitucional para a Educação em Situações de Emergência (INEE) sob a tutela do Grupo de Referência da INEE sobre a Educação de Raparigas em situações de Emergência. Recomenda ações para implementadores/as, legisladores/as e entidades doadoras, para abordar as lacunas identificadas na operacionalização, planeamento, financiamento e monitorização da educação de raparigas e mulheres em contextos de crise.

1 O Canadá, a União Europeia, a França, a Alemanha, a Itália, o Japão e o Reino Unido adotaram formalmente a Declaração de Charlevoix sobre Educação de Qualidade.

2 INEE (2021) *Mind the Gap: The State of Girls' Education in Contexts of Crisis and Conflict*. <https://inee.org/resources/mind-gap-state-girls-education-crisis-and-conflict>

# Progresso

Colômbia, 2019 © Andres Brenner, IRC

Nos anos que antecederam a Declaração de Charlevoix sobre Educação de Qualidade, já tinham sido feitos progressos significativos no sentido de priorizar e de alcançar a igualdade de género na educação, de aumentar o acesso à educação para as populações afetadas pela crise, e também de reformar as estruturas de ajuda humanitária, com vista a assegurar um financiamento mais de longo prazo e mais fiável para a educação em situações de emergência. O facto de muitos países estarem agora a recolher e a fazer relatórios de dados sobre a educação, desagregados por sexo, representa um grande passo em direção à capacidade de quantificar as lacunas.

Os dados de 2010 a 2018 mostram que a lacuna ao nível do género no acesso ao ensino primário e secundário em países afetados pela crise está a diminuir, especialmente no nível secundário.<sup>3</sup> Ao ritmo atual do progresso, projeta-se que as raparigas a viver nestes países alcancem os níveis de matrícula universal até ao nível secundário inferior, estando bastante adiantadas em relação às suas contrapartes masculinas, apesar de, entretanto, ser muito depois do prazo do ODS para 2030.<sup>4</sup>

No entanto, a pandemia da COVID-19 e o resultante encerramento das escolas apresentam riscos consideráveis para as raparigas, quer a nível da sua segurança contra o abuso e a violência de género, quer a nível do seu acesso contínuo à educação e à aprendizagem (ver Quadro 1). As evidências das respostas das políticas educativas nacionais à crise da COVID-19 indicam que se tem dado pouca atenção às barreiras adicionais com que as raparigas se veem confrontadas,<sup>5</sup> o que coloca em risco as conquistas feitas nas últimas décadas. Extrapolando os dados sobre os efeitos negativos das crises anteriores, as estimativas sugerem que cerca de 20 milhões de raparigas com idade para frequentar a escola secundária poderiam permanecer fora da escola após o fim da pandemia da COVID-19.<sup>6</sup>

Ao longo da última metade da década, a proporção da ajuda humanitária prestada à educação aumentou de 1%, em 2014, para 2,9%, em 2019,<sup>7</sup> e também está a aumentar a proporção da ajuda do setor de desenvolvimento prestada à educação em

3 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.1.

4 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.1.

5 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 2.4.

6 Malala Fund. (2020). *Girls' education and COVID-19: What past shocks can teach us about mitigating the impact of pandemics*. [https://downloads.ctfassets.net/00an5gk9rgbh/6TMYLYAcUpjhQpXLDgmdla/3e1c12d8d827985ef2b4e815a3a6da1f/COVID19\\_GirlsEducation\\_corrected\\_071420.pdf](https://downloads.ctfassets.net/00an5gk9rgbh/6TMYLYAcUpjhQpXLDgmdla/3e1c12d8d827985ef2b4e815a3a6da1f/COVID19_GirlsEducation_corrected_071420.pdf)

7 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 5.3.

países afetados por crises, com um foco nas questões de género.<sup>8</sup> Mas o impacto económico da COVID-19 representa uma ameaça séria ao montante do financiamento destinado à educação de raparigas durante as crises, uma vez que tanto a educação nacional como os orçamentos de ajuda internacional estão a ser reduzidos.

### Quadro 1: O fosso digital de género

Nos países de rendimento baixo e médio, as raparigas e as mulheres têm significativamente menos acesso aos telemóveis, à Internet, à rádio e à televisão.<sup>9</sup> Nestes países, as mulheres têm, em média, 10% menos de probabilidades do que os homens de possuir um telemóvel, e também é 26% menos provável que utilizem a Internet móvel.<sup>10</sup> Mesmo quando as mulheres têm telemóveis, há uma diferença significativa de género no que toca à utilização; geralmente, estas são menos propensas do que os homens a utilizar serviços mais transformacionais, o que as impede de usufruir em pleno das vantagens da tecnologia.<sup>11</sup> As políticas que dependem da tecnologia para disponibilizar a aprendizagem em casa, incluindo a rádio, os telemóveis, a televisão e a Internet, colocam as raparigas em risco de ficar ainda mais para trás a nível da educação.

Fonte: Cuidado com a Diferença, Secção 2.4.

<sup>8</sup> Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 5.3.

<sup>9</sup> Naylor, R., & Gorgen, K. (2020). Overview of emerging country-level response to providing educational continuity under COVID-19: What are the lessons learned from supporting education for marginalised girls that could be relevant for EdTech responses to COVID-19 in lower- and middle-income countries? Education Development Trust and Ed Tech Hub. <https://edtechhub.org/wp-content/uploads/2020/05/marginalised-girls.pdf>

<sup>10</sup> GSM Association. (2018). The mobile gender gap report. Gender-Based Violence AoR. <https://www.gsma.com/mobilefordevelopment/resources/the-mobile-gender-gap-report-2018/>

<sup>11</sup> Ibid. pp.10-16.



# Lacunas

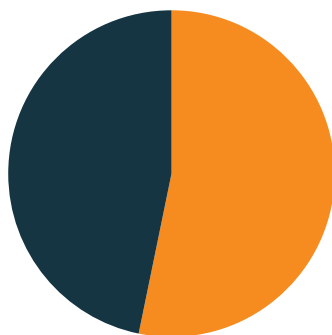
Colômbia, 2009 © J Arrendondo, IRC

## LACUNAS AO NÍVEL DE FORNECIMENTO

**Lacunas a nível do acesso: As raparigas que vivem em países afetados por crises têm muito mais probabilidade de estar fora da escola do que as raparigas que vivem em países que não estão a ser afetados por crises.**

Em 2019, havia 69 milhões de raparigas fora da escola em países afetados pela crise, 24 milhões no nível primário e 45 milhões no nível secundário. Isto representa 54% das raparigas fora da escola em todo o mundo.<sup>12</sup>

**A maioria (54%) das raparigas, a nível mundial, que se encontram fora da escola vivem em países afetados por crises<sup>13</sup>**



■ Países afetados pela crise ■ Resto do mundo

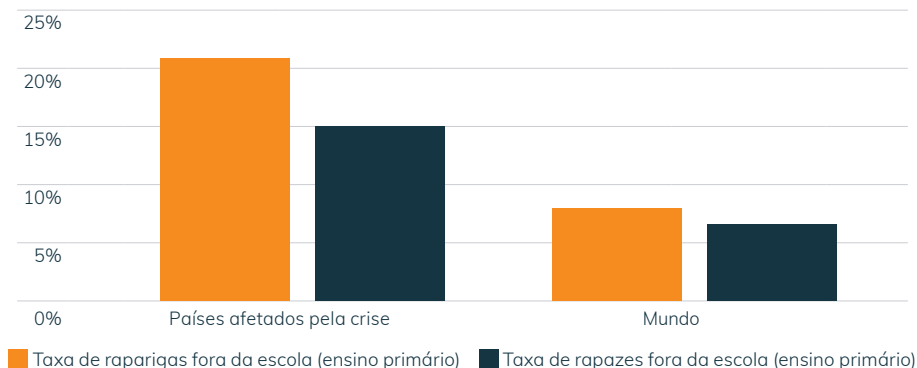
12 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.1 e Anexo 1, para ver a metodologia utilizada para identificar os países afetados por crises (44 países). O número de 69 milhões de raparigas fora da escola em países afetados pela crise corresponde a uma atualização desde a publicação da INEE, de 2020: (INEE). (2020). 20 Anos de INEE: Conquistas e Desafios na Educação em Situações de Emergência. Nova Iorque, NY. <https://inee.org/resources/20-years-of-inee>.

13 Consulte o Anexo 1 de "Cuidado com a Diferença" para ver a metodologia utilizada para identificar os países afetados por crises (44 países). As estatísticas relativas a raparigas e crianças fora da escola em países afetados por crises que são apresentadas neste relatório representam uma atualização da publicação da INEE, de 2020: (INEE). (2020). 20 Anos de INEE: Conquistas e Desafios na Educação em Situações de Emergência. Nova Iorque, NY. <https://inee.org/resources/20-years-of-inee>.



Mais de um quinto (21%) das raparigas que vivem em países afetados pela crise e que têm idade para frequentar a escola primária estão fora da escola, em comparação com 15% dos rapazes. Estas taxas estão bastante acima do dobro das médias globais para as taxas relativas ao indicador “fora da escola primária” (9% das raparigas e 7% dos rapazes em todo o mundo). Quando comparadas com as raparigas de outros países de rendimento baixo e médio, as raparigas que vivem em países afetados pela crise têm muito menos probabilidade de frequentar a escola, seja em que nível for.<sup>14</sup>

**Mais de um quinto (21%) das raparigas em idade escolar a viver em países afetados pela crise estão fora da escola, em comparação com 15% dos rapazes a viver nesses mesmos países e com 8% das crianças em todo o mundo**



Com base nas tendências atuais, as raparigas a viver em países afetados por crises estão em vias de atingir os 100% de conclusão primária em 2038 e de nível secundário inferior em 2063. Isto está muito além da meta do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para 2030. No entanto, as raparigas estão à frente dos rapazes, que devem atingir estas metas em 2056 e 2101, respetivamente.<sup>15</sup> É de notar que esta projeção não tem em conta as disparidades de género que poderiam resultar do encerramento das escolas decorrentes da COVID-19, que teve início em 2020..



**Com base nas tendências atuais, as raparigas não alcançarão os 100% da meta da conclusão do ensino secundário inferior em países afetados pela crise até pelo menos 2063**

14 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.1.

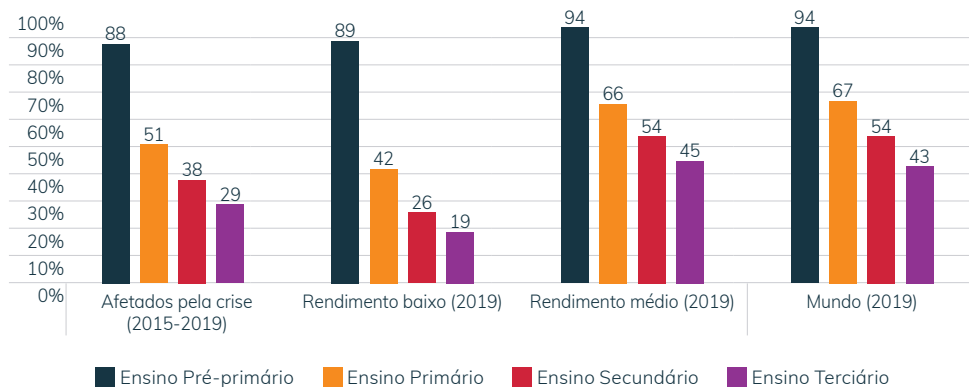
15 As projeções lineares do autor baseiam-se nas taxas médias de conclusão do sexo feminino e masculino no ensino primário e do ensino secundário inferior, de 2010 a 2018, em países afetados por crises.

## Disparidades de género: Entre as pessoas mais pobres, as pessoas portadoras de deficiência e as pessoas deslocadas à força, o acesso das raparigas à educação continua muito aquém do dos rapazes nos países afetados por crises.

Uma rapariga em idade escolar primária que viva num país afetado pela crise tem 35% mais probabilidade de estar fora da escola do que os seus pares do sexo masculino.<sup>16</sup> Nestes países, persistem significativas disparidades de género no que toca à conclusão do ensino primário e secundário, no âmbito do ensino técnico e profissional, e também a nível do ensino superior.<sup>17</sup> Os dados sobre os resultados de aprendizagem das comunidades afetadas por crises são limitados, mas indicam que a aprendizagem das raparigas costuma ficar para trás em relação à dos rapazes.<sup>18</sup>

Além disso, muitos países ainda não atingiram a paridade de género no âmbito do recrutamento e da retenção de professores/as, especialmente nas escolas secundárias. Trata-se de um ciclo vicioso, pois as evidências mostram que as adolescentes vulneráveis têm mais probabilidade de concluir o ensino secundário quando são ensinadas ou têm acesso a professoras. Por sua vez, as baixas taxas de conclusão do sexo feminino contribuem para a escassez de professoras em muitos países afetados pela crise e em contextos de deslocação, especialmente nos níveis pós-primários. Isto funciona como mais um obstáculo à matrícula e ao acesso das raparigas à escola.<sup>19</sup>

**Figura 1 – Percentagem de professoras em países afetados por crises, em comparação com os PBMRs e as médias globais (2015-2019)**



Fonte: Médias afetadas pela crise, com base nos dados mais recentes relativos a países afetados pela crise (2015-2020). Recuperado a 24 de novembro de 2020. UIS. (n.d.) UIS.Stat. <http://data.uis.unesco.org/>

16 Com base nas estimativas do Instituto de Estatística da UNESCO (UIS), utilizando os dados referentes à variável “fora da escola” de 2019 para os 44 países listados como afetados pela crise; fornecido pela UIS, em março de 2021.

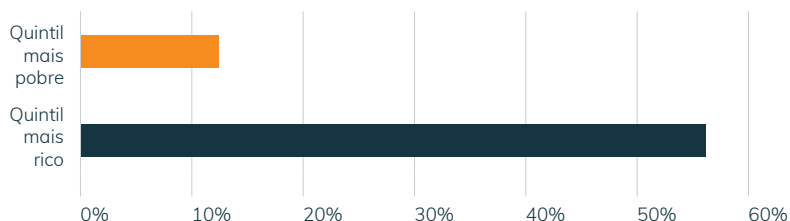
17 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secções 4.1 e 4.5.

18 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.3.

19 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.6.

Nos países afetados pela crise, as raparigas das famílias **mais pobres** ficam ainda mais para trás. Só um quarto (25%) das raparigas que integram o quintil mais pobre concluem o ensino secundário inferior, e só 11% concluem o ensino secundário superior, em comparação com 87% e 51% para as raparigas que integram os quintis mais ricos, respetivamente.<sup>20</sup>

**Só 11% das raparigas que integram o quintil mais pobre de países afetados pela crise concluem o ensino secundário superior quando se encontram na idade de conclusão, em comparação com os 51% que integram o quintil mais rico**



As raparigas que se veem confrontadas com fatores cruzados de marginalização devido à pobreza, à raça, à etnia, à localização geográfica ou ao estatuto de deficiência ou de minoria sofrem um nível mais profundo de exclusão da educação.<sup>21</sup> Quando existe uma interseção entre a **deficiência** e o facto de se ser uma rapariga e de se estar num ambiente de situação de emergência, isto pode aumentar os riscos de se sofrer violência de género. As famílias podem sentir que as crianças portadoras de deficiência, especialmente as raparigas, devem ser mantidas em casa para sua própria proteção, o que leva à total falta de acesso à educação para estas raparigas.<sup>22</sup>

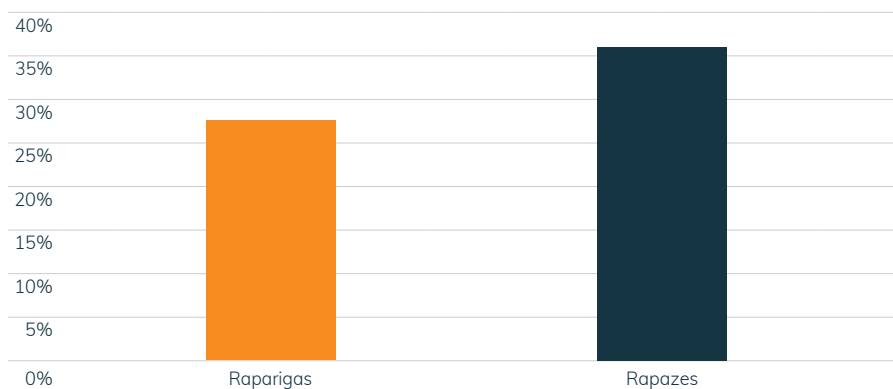
20 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.2.

21 Leonard Cheshire Disability & UNGEI. (2017). *Still left behind: Pathways to inclusive education for girls with disabilities*. <https://www.ungei.org/publication/still-left-behind>

22 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 3.1.

No âmbito das matrículas, as disparidades de género tendem a ser muito maiores entre as **populações deslocadas** do que entre as populações não-deslocadas a viver em países afetados pela crise. Globalmente, 27% das raparigas refugiadas estão nas escolas secundárias, em comparação com 36% dos rapazes. Os dados mais recentes do ACNUR indicam que, embora a matrícula secundária de rapazes refugiados tenha melhorado ao longo do último ano, a matrícula das raparigas estagnou.<sup>23</sup> Os dados do Centro de Monitorização de Deslocações Internas (IDMC, na sigla em inglês) relativos à África Oriental indicam que as disparidades de género nas matrículas são superiores às médias nacionais, e podem aumentar, como resultado da deslocação forçada.<sup>24</sup>

### 36% dos rapazes refugiados frequentam escolas secundárias, em comparação com 27% das raparigas



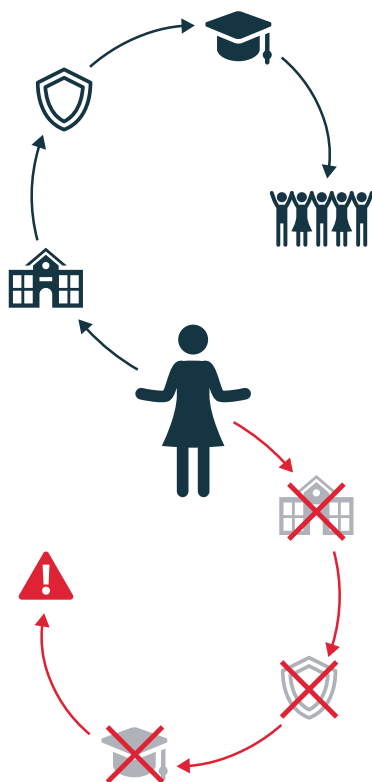
23 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 4.4 e UNHCR. (2020a). *Coming together for refugee education. Education Report 2020*. <https://www.unhcr.org/uk/publications/education/5f4f9a2b4/coming-together-refugee-education-report-2020.html>

24 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 4.4 e IDMC. (2020b). *The impacts of internal displacement on education in Sub-Saharan Africa. Background paper prepared for the 2020 Global Education Monitoring Report, Inclusion and education*. <https://www.internal-displacement.org/sites/default/files/publications/documents/2020%20background%20paper%20FINAL%20IDMC.pdf>

**Lacunas a nível da proteção: Durante as crises, uma lacuna temporária no acesso à educação deixa as raparigas vulneráveis à violência e ao abuso, e pode resultar num abandono escolar permanente.**

A educação é um direito fundamental. Também protege outros direitos. Ir à escola reduz, mas não elimina, a vulnerabilidade das raparigas à violência baseada no género. As raparigas que vão à escola têm menos probabilidade de passar por práticas prejudiciais, como a mutilação genital feminina, o casamento infantil e o tráfico. Mas as crises podem bloquear o acesso das raparigas à educação, levando a uma espiral descendente de perda de proteção e de eventual abandono escolar (ver Figura 2).

**Figura 2: A educação e a proteção das raparigas é um ciclo virtuoso que se pode tornar uma espiral negativa se for interrompido por uma situação de emergência**



A educação e a proteção das raparigas reforçam-se mutuamente, levando a resultados positivos para toda a sociedade. Ao crescer, tornam-se cidadãs produtivas e informadas, que protegem os direitos das outras pessoas.

Mas quando as situações de emergência bloqueiam o acesso das raparigas à educação, levam a uma espiral descendente de perda da proteção e de abandono escolar permanente, tornando as raparigas e as respetivas sociedades menos resilientes a crises futuras. Tornam-se vulneráveis à violência e às práticas prejudiciais, e são impedidas de exercer os respetivos direitos como mulheres informadas e empoderadas.

Muitas vezes, as crises levam a níveis mais elevados de gravidez precoce, de casamento infantil e de outras formas de práticas prejudiciais e de violência contra as mulheres e raparigas. Estas ameaças crescentes levam a taxas elevadas de abandono escolar por parte das raparigas.<sup>25</sup> A maioria dos países afetados por crises removeu as restrições legais relativas

<sup>25</sup> Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 3.1.

à frequência escolar por parte de raparigas grávidas, o que inclui mudanças recentes na lei do Burundi, de Moçambique e do Zimbabué – mas, muitas vezes, permanecem barreiras a nível da comunidade.<sup>26</sup>

Embora a educação devesse proteger os direitos das raparigas, ainda há muitas situações em que as raparigas não estão seguras na escola. Em muitos contextos afetados pelas crises, verificam-se elevadas taxas de violência de género no âmbito da escola, incluindo a exigência de “sexo em troca de notas”, violações perpetradas por professores e abusos sofridos no trajeto de ida e de volta da escola. Em muitos contextos, as raparigas e as professoras continuam em risco de sofrer um ataque direcionado devido ao seu género.<sup>27</sup>

Os programas de educação alternativa (ver o Quadro 2) podem ser particularmente eficazes no apoio à educação das raparigas que vivem em contextos onde as preocupações com a segurança – especialmente o medo da violência sexual e o trabalho não-remunerado de prestação de cuidados que estas são obrigadas a assumir em casa – faz com que seja difícil para as raparigas ter acesso à educação formal. No entanto, para que os programas de educação alternativa tenham um impacto duradouro ou sejam sustentáveis durante uma crise prolongada, precisam de ser validados e integrados nas políticas e nos sistemas nacionais de educação.<sup>28</sup> As raparigas também precisam de tempo, de orientação, de materiais de aprendizagem e de acesso à Internet para aprender, fazer os trabalhos de casa, bem como outras tarefas escolares e exames.

Os programas de educação acelerada são programas flexíveis e adequados à idade, que funcionam num prazo acelerado. Podem oferecer oportunidades para que as raparigas adolescentes e as mulheres jovens que foram excluídas da educação primária recuperem o tempo perdido.<sup>29</sup>

Em Cox's Bazar, as raparigas rohingya refugiadas têm seis vezes menos probabilidade de frequentar centros de aprendizagem do que os seus pares do sexo masculino, como consequência das arraigadas normas socioculturais, que restringem a liberdade e a mobilidade das raparigas adolescentes. A UNICEF e a sua parceira local CODEC disponibilizaram um espaço para que os membros da comunidade testem um modelo de educação com “sessões exclusivas para raparigas.” Nestas sessões, as raparigas adolescentes são incentivadas a construir as suas redes de suporte social, e recebem apoio emocional, orientação, literacia crítica e competências de resolução de problemas.

No Afeganistão, a prestação de educação de base comunitária tem sido uma estratégia-chave para aumentar o acesso à educação das raparigas que vivem em áreas remotas e rurais, o que inclui a disponibilização de materiais de aprendizagem a crianças que não têm acesso à televisão nem à educação móvel. Estes centros provaram ser particularmente resilientes durante a crise da COVID-19.

Fonte: Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 2.3; Estudo de caso 8 (Cox's Bazar); e Estudo de Caso 4 (Afeganistão).

26 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 2.2.

27 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 3.2.

28 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 2.3.

29 Accelerated Education Working Group. (2017). *Guide to the accelerated education principles*. UNHCR. <https://inee.org/es/resources/guia-sobre-los-principios-de-la-educacion-acelerada>

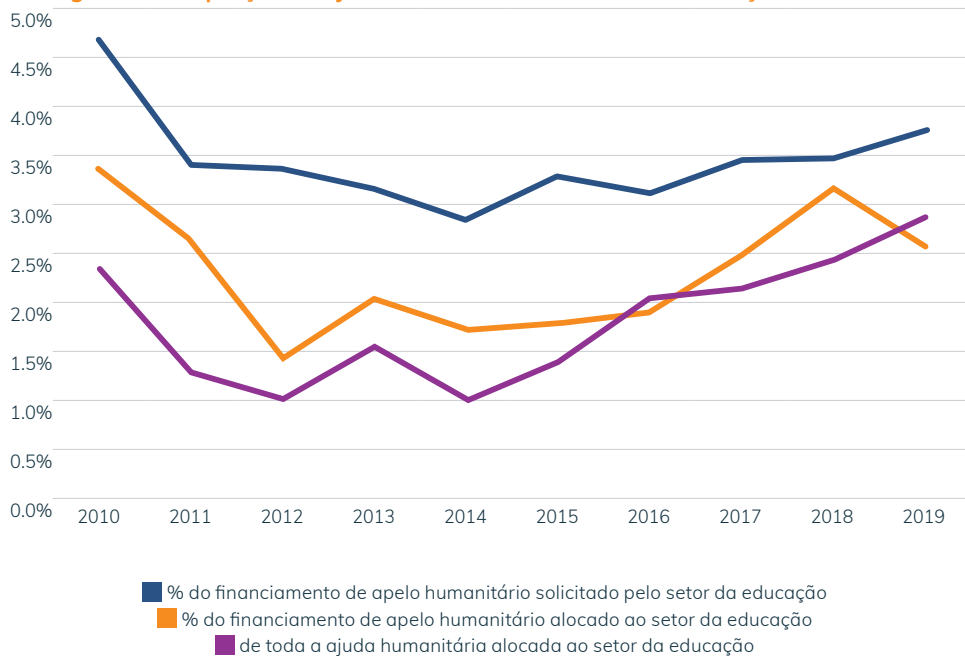
# LACUNAS A NÍVEL DO FINANCIAMENTO E DOS MECANISMOS DE FINANCIAMENTO

**Lacunas a nível do financiamento: O financiamento nacional e internacional destinado à educação de raparigas e mulheres em situações de crise continua a ser demasiado baixo.**

Os governos nacionais de países afetados por crises não estão a atingir as metas de despesas em educação estabelecidas na Declaração de Incheon, que foi adotada no Fórum Mundial de Educação, em 2015; em vez disso, em média, só gastam 3,7% do seu Produto Interno Bruto na educação, contra uma meta de 5%. Apenas menos de uma mão-cheia de países está a atingir parcial ou totalmente a meta.<sup>30</sup>

Embora a proporção da ajuda humanitária destinada à educação tenha aumentado de 1,0%, em 2014, para 2,9%, em 2019, as lacunas a nível do financiamento continuam a ser grandes, verificando-se o financiamento de menos de metade de todos os apelos. Também há um elevado grau de imprevisibilidade na proporção de apelos para a educação que são financiados.<sup>31</sup>

**Figura 3 – Proporção de ajuda humanitária destinada à educação, 2010-2019**



Fonte: UN OCHA, [Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários] (2020). Apelos e planos de resposta. Serviço de Acompanhamento Financeiro. <https://fts.unocha.org/appeals/overview/2020>. Recuperado em 8 de outubro de 2020.

30 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 5.1.

31 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 5.2



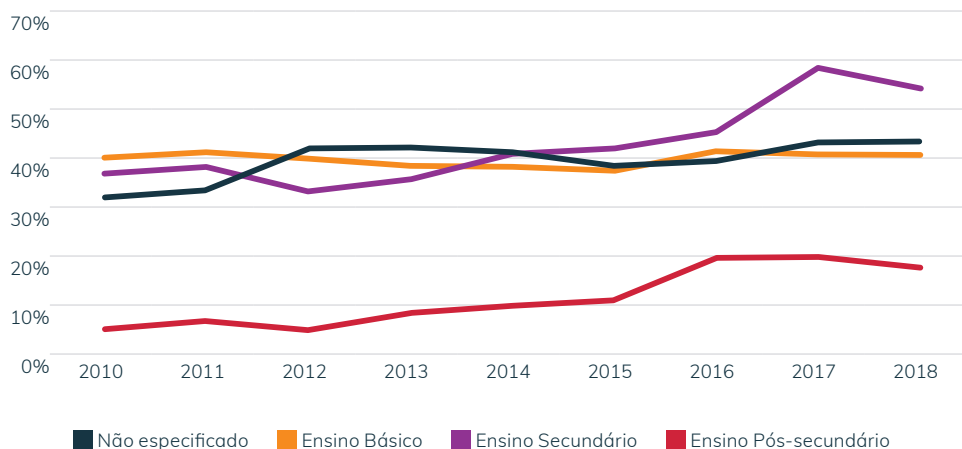
Acompanhar o financiamento total da educação de raparigas em situações de emergência e em crises prolongadas é uma tarefa desafiante, devido a insuficiências no âmbito do financiamento nacional e dos mecanismos de comunicação da ajuda internacional. Por exemplo, ainda não estão disponíveis dados que permitam controlar que proporção do financiamento, nacional ou internacional, é direcionada especificamente para apoiar a educação das raparigas em situações de crise.

**Lacuna a nível da transparência na ajuda: É um desafio acompanhar o financiamento global oferecido à educação de raparigas e mulheres em situações de crise, e são necessárias mudanças na forma como se comunica a ajuda internacional.**

Os sistemas de financiamento da ajuda humanitária e do setor de desenvolvimento internacionais acompanham os gastos com a educação de formas distintas. Isto faz com que seja difícil monitorizar os fluxos de ajuda prestada à educação das populações afetadas por crises. Os sistemas de rastreamento financeiro para a ajuda humanitária<sup>32</sup> não incluem marcadores de género de forma consistente, portanto não é possível estimar quanta desta ajuda vai para a educação de raparigas e de mulheres.

O acompanhamento financeiro da ajuda prestada pelo setor de desenvolvimento ao setor da educação<sup>33</sup> inclui um marcador de género, mas não é possível dizer, a partir dos atuais sistemas de comunicação, que proporção desta ajuda está a ir para as populações afetadas por crises dentro dos países.<sup>34</sup>

**Figura 4 – Proporção da ajuda do setor de desenvolvimento voltada para a igualdade de género e o para o empoderamento das mulheres, 2010-2018**



Fonte: Sistema de Notificação de Credores da OCDE. <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=crs1> Recuperado em 10 de outubro de 2020.

32 Cuidado com a Diferença utiliza dados do Serviço de Acompanhamento Financeiro do Escritório da ONU de Coordenação de Assuntos Humanitários (UN OCHA FTS).

33 Cuidado com a Diferença utiliza dados do Sistema de Notificação de Credores da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

34 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção

## LACUNAS A NÍVEL DOS DADOS

### Lacunas a nível de vulnerabilidades que se cruzam: Faltam dados desagregados por género e por outras vulnerabilidades, o que leva à exclusão.

Os dados de educação desagregados por outras vulnerabilidades que se cruzam com o género, como sejam a idade, a localização, a etnia, a raça, a religião e o estatuto de deficiência, raramente estão disponíveis em contextos de crise. As populações que estão em falta nos dados costumam ser aquelas com maior probabilidade de ser excluídas da educação, e são facilmente esquecidas e excluídas no desenho de programas e da formulação de políticas.

Continua a verificar-se uma grande lacuna a nível dos dados desagregados por sexo e idade relativos à educação em situações de deslocação forçada, especialmente no caso de pessoas deslocadas internamente (ver Quadro 3). Nos dados disponíveis relativamente à matrícula escolar e à aprendizagem, é possível que estejam em falta milhões de raparigas que vivem em deslocação forçada.<sup>35</sup>

### Quadro 3: A necessidade de desenvolver medidas comuns para grupos vulneráveis

Os dados relativos à educação de **peessoas deslocadas internamente (PDI)** são recolhidos e comunicados através de alguns sistemas nacionais de dados de educação e de avaliações de necessidades humanitárias. No entanto, esta comunicação é feita de modo fragmentado. As diferentes metodologias e a falta de consenso sobre como identificar as PDI fazem com que seja difícil agregar e comparar os dados. Esta falta de consenso contribui para a falta de disponibilidade de dados nacionais e globais relativos à educação de PDI. (Shephard et al., 2021).

No passado, a recolha de dados relativos à **deficiência** viu-se confrontada com desafios semelhantes. O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência foi criado em 2001, para construir um consenso a respeito do desenvolvimento de medidas no âmbito da deficiência que sejam adequadas para os censos e para inquéritos. Os seus conjuntos de perguntas estão a ser amplamente utilizados e incorporados em fontes de dados de educação nacional, incluindo Inquéritos Demográficos e de Saúde (DHS, na sigla em inglês) e Inquéritos de Cluster de Indicadores Múltiplos (MICS, na sigla em inglês).

Fontes: Shephard, D., Buckner, E., Smiley, A. e Hatch, R. (2021) Mapeamento do Ecossistema dos Dados de Educação de Pessoas Deslocadas Internamente no Médio Oriente e Para Lá Deste: Problemas, Desafios e Recomendações. Investigação, Formação e Apoio à Educação no Médio Oriente (MEERS, na sigla em inglês), USAID. <https://www.eccnetwork.net/sites/default/files/media/file/Mapping%20the%20Ecosystem%20of%20Education%20Data%20for%20IDPs.pdf>

O Grupo de Washington para Estatísticas sobre Pessoas com Deficiência: [www.washingtongroup-disability.com](http://www.washingtongroup-disability.com)

35 Consulte Cuidado com a Diferença, Secção 4.4.

## Lacunas a nível da aprendizagem e da segurança: Não há dados suficientes sobre os resultados de aprendizagem e de segurança escolar relativos às raparigas e às mulheres em contextos de crise

Embora os dados relativos aos resultados de aprendizagem das raparigas se estejam a tornar mais disponíveis a nível de projeto, ainda não estão amplamente disponíveis a nível nacional, de uma forma que possibilite acompanhar o progresso e desagregar entre raparigas e rapazes, e entre aqueles/as diretamente afetados por crises e os menos afetados.<sup>36</sup> O Quadro 4 apresenta um exemplo de uma iniciativa que está a disponibilizar estes dados no nível de projeto.

Estão a ser desenvolvidos sistemas de recolha de dados relativos à violência nas escolas, particularmente a violência de género, e aos ataques a instituições educativas, mas ainda não estão suficientemente estabelecidos para fornecer estimativas de taxas de prevalência na maioria dos países afetados por crises, que sejam de confiança e que possam ser comparadas.<sup>37</sup> A Declaração de Escolas Seguras<sup>38</sup> e os relatórios lançados pela Coligação Global para Proteger a Educação de Ataques (CGPEA, na sigla em inglês) têm-se tornado mecanismos fundamentais para abordar ataques a escolas e para chamar a atenção internacional para a questão.

### Quadro 4: Avaliações de aprendizagem orientadas por cidadãos num contexto de pessoas refugiadas

O UWEZO, um programa de avaliação de aprendizagem orientado por cidadãos e cidadãs, realizou uma avaliação nas áreas de assentamento de refugiados/as do norte do Uganda. Concluíram que mais de 90% das crianças da 3.ª classe não conseguiam ler, compreender nem fazer contas de divisão. Os resultados foram igualmente baixos quer para crianças refugiadas, quer não-refugiadas. A avaliação também registou diferenças de género nos resultados de aprendizagem entre pessoas refugiadas e não-refugiadas. Na maior parte dos casos, estas diferenças eram a favor dos rapazes.

Fonte: Uwezo. (2018). *As nossas crianças estão a aprender? Avaliação de aprendizagem Uwezo em contextos de pessoas refugiadas, no Uganda*. Twaweza, África Oriental. <https://learningportal.iiep.unesco.org/en/library/are-our-children-learning-uwezo-learning-assessment-in-refugee-contexts-in-uganda>

36 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 4.3.

37 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 3.2.

38 A Declaração de Escolas Seguras é um acordo político intergovernamental que estabelece o compromisso dos signatários em fortalecer a proteção da educação contra ataques e em restringir a utilização das escolas e das universidades para fins militares. GCPEA (2020). *Safe Schools Declaration endorsements*. <https://ssd.protectingeducation.org/endorsement/>



Colômbia, 2019 © Marcela Olarte, NRC

## DESENHO DE PROGRAMAS

- Todos os programas devem incluir estratégias responsivas às questões de gênero, para assegurar que os direitos das raparigas são protegidos, e que as raparigas têm acesso a oportunidades de aprendizagem antes, durante e depois de uma crise.
- Em tempos de crise, incluindo a pandemia da COVID-19, é necessário que as respostas nacionais e internacionais no âmbito da educação tenham plenamente em conta todos os riscos e barreiras adicionais à aprendizagem com que as raparigas se veem confrontadas.<sup>39</sup>
- Os programas e as políticas nacionais e internacionais devem manter a inclusão das raparigas afetadas por conflitos na educação formal nacional e nos sistemas de formação como sendo um objetivo primário. Isto requer apoiar os sistemas de educação nacional para aumentar a capacidade, a flexibilidade e a resiliência em contextos de crise.
- Enquanto a capacidade está a ser desenvolvida, a comunidade internacional, a sociedade civil e os governos devem trabalhar em conjunto para providenciar alternativas educativas inovadoras às raparigas e às mulheres, que lhes dêem acesso à aprendizagem certificada, com vias para continuarem na formação e na educação formal no futuro.
- A educação em situações de crise deve assegurar que os programas e os planos de regresso à escola disponibilizam apoio adicional às raparigas mais marginalizadas, incluindo as que foram excluídas da aprendizagem, as raparigas que estão casadas, que estejam grávidas ou que estejam a cuidar dos filhos/as.
- O desenho de programas intersectorial deve ser incrementado para abordar diversas barreiras à educação das raparigas em situações de crise, barreiras essas que têm por base o gênero, como seja a falta de tecnologias de aprendizagem em casa, tarefas domésticas, gravidez precoce, casamento infantil, violência de gênero e outras formas de práticas prejudiciais e de violência contra as mulheres e contra as raparigas.

<sup>39</sup> Veja, por exemplo, INEE (2020) COVID-19: Gender and EIE - Key Points to Consider <https://inee.org/blog/covid-19-gender-and-eie-key-points-consider>

- Os sistemas de educação devem ser fortalecidos para assegurar que todas as crianças portadoras de deficiência, incluindo as raparigas, podem ter acesso a uma educação de qualidade – e isto implica desenvolver planos inclusivos no setor da educação (a começar pela educação na primeira infância) que façam um orçamento para a inclusão e que contenham metas específicas para as raparigas portadoras de deficiência.<sup>40</sup>

## POLÍTICAS E PLANEAMENTO

- Os legisladores/as e os governos devem assegurar um regresso seguro à escola e prevenir perdas adicionais no âmbito da aprendizagem das raparigas, tanto durante como após a Covid-19, abordando os impactos económicos da pandemia que têm base no género, apoiando e desenvolvendo programas que priorizem aulas de recuperação plenamente acessíveis, abordando as necessidades de saúde mental e a nível do bem-estar, e agilizando os esforços que mitigam ou colmatam o fosso digital junto das pessoas mais marginalizadas.<sup>41</sup>
- Os governos, as entidades doadoras e os legisladores/as devem desenvolver, financiar e implementar ambientes de aprendizagem seguros e inclusivos para crianças de todas as identidades de género.<sup>42</sup>
- Os governos e os legisladores/as devem incluir um foco mais intenso no género no âmbito das políticas e programas educativos em contextos de crise. Isto poderia incluir uma orçamentação que seja responsiva às questões de género e um planeamento do setor que seja responsivo às questões de género.
- As partes interessadas nacionais e internacionais devem fortalecer a capacidade a longo prazo dos sistemas educativos nacionais para responder a choques.
- Os governos nacionais e os atores humanitários devem priorizar o esforço de restabelecer o acesso das raparigas e das mulheres à educação e à formação de qualidade no âmbito das respostas iniciais a uma crise, minimizando o período de tempo no qual permanecem sem este acesso.
- As políticas e planos de educação de pessoas refugiadas devem incluir estratégias explícitas para assegurar que mais raparigas e mulheres conseguem ter acesso a educação e a formação.
- Os governos devem integrar a educação alternativa nas políticas nacionais de educação, para que a aprendizagem dos e das estudantes seja reconhecida e certificada, e para que as vias para a re(entrada) no sistema de educação formal estejam estabelecidos.
- As partes interessadas nacionais e internacionais devem dar prioridade à revisão e à monitorização legal e às políticas de proteção que abordam as barreiras estruturais e as normas de género que impedem as raparigas de aceder e de concluir o en-

---

40 As Ações presentes nesta secção também se baseiam e expandem no Documento de Posicionamento do Grupo de Trabalho de Advocacy do G7, 5-10-25: 5 anos para Realizar 10 Medidas para Colocar a Educação das Raparigas no Bom Caminho até 2025. Por favor, consulte <https://sendmyfriend.org/wp-content/uploads/2021/03/G7-Education-Working-Group-5-10-25-Documents.pdf>

41 Ibid.

42 Ibid.

sino. Isto inclui a proteção legal do direito de todas as raparigas a aceder à educação primária e secundária de forma gratuita, incluindo aquelas que estão grávidas ou a cuidar dos filhos/as, assim como a proteção legal contra o casamento infantil.

- É necessário que os quadros legais de prevenção da violência dentro das escolas sejam fortalecidos, e devem ser implementados sistemas de proteção para apoiar a denúncia, a remoção e a condenação dos perpetradores de violência de género no âmbito escolar.

## FINANCIAMENTO

- Todos os fluxos de financiamento que apoiam a educação em contextos de crise, tanto internacionais como nacionais, quer humanitários, quer de desenvolvimento, devem ser responsivos às questões de género.
- As entidades doadoras devem continuar a priorizar o financiamento humanitário, uma vez que só menos de metade de todos os apelos humanitários para a educação estão a ser satisfeitos.
- É necessário que a despesa nacional aumente em 36% para que os países afetados pela crise alcancem os objetivos mínimos de despesas em educação, em comparação com o PIB. Para atingir a meta da proporção às despesas governamentais, as despesas nacionais devem aumentar em 27%.<sup>43</sup>
- O marcador de género deve tornar-se obrigatório para o financiamento humanitário prestado à educação, e os dados devem ser incluídos no Serviço de Acompanhamento Financeiro do UN OCHA. Isto tornaria possível estimar a proporção de ajuda humanitária alocada à educação de raparigas e de mulheres.
- O Sistema de Notificação de Credores da OCDE deve ser revisto, tendo em vista colmatar a lacuna de informação no que toca à proporção de ajuda do setor de desenvolvimento que vai para as populações afetadas pela crise dentro dos países. Isto poderia incluir a análise sobre se a utilização do código voluntário de financiamento em Educação em Situações de Emergência, lançado em 2018, se deve tornar obrigatória.
- As entidades doadoras devem desenvolver as políticas e destinar os financiamentos necessários para assegurar a plena implementação da Declaração de Charlevoix até 2025, bem como a alocação do financiamento da EeE aos programas concebidos para alcançar resultados de aprendizagem para raparigas e rapazes de forma igual.<sup>44</sup>
- Deve ser disponibilizado financiamento específico para apoiar a educação das raparigas em contextos onde estas ficam significativamente para trás em relação aos rapazes no âmbito do acesso à educação, como sejam raparigas refugiadas, deslocadas internamente, portadoras de deficiências e as que são oriundas dos agregados familiares mais pobres. Isto poderia incluir fundos globais dedicados a este fim ou financiamento a nível do sistema, que esteja dependente dos resultados nacionais demonstrarem um maior acesso e aprendizagem por parte das raparigas afetadas pela crise.

43 Consulte *Cuidado com a Diferença*, Secção 5.1.

44 G7 Education Advocacy Working Group Position Paper, 5-10-25: 5 Years to Deliver 10 Actions to Get Girls' Education on Track by 2025. <https://sendmyfriend.org/wp-content/uploads/2021/03/G7-Education-Working-Group-5-10-25-Document.pdf>

## RECOLHA, MONITORIZAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

- Os sistemas de dados nacionais, com o apoio da comunidade de entidades doadoras internacionais, devem incluir dados relativos ao acesso à educação e à aprendizagem de populações afetadas por crises, incluindo pessoas deslocadas internamente e refugiados/as.
- Os sistemas de dados nacionais, as avaliações de necessidades humanitárias e os sistemas de monitorização devem, no mínimo, recolher e comunicar os dados desagregados por sexo, idade e deficiência.
- A comunidade internacional deve considerar prestar apoio a uma única agência multilateral, para harmonizar a recolha de dados relativos às pessoas deslocadas internamente.
- Os parceiros de desenvolvimento devem apoiar os governos, para assegurar que as avaliações de aprendizagem nacionais incluem populações afetadas por crises, e desagregar por sexo, idade, estatuto de deslocação, localização e outros marcadores de exclusão.
- Os programas de educação que têm como público-alvo as populações afetadas por crises devem recolher e publicar dados sobre os resultados de aprendizagem das raparigas e dos rapazes, desagregados por sexo.
- A comunidade internacional deve continuar a apoiar e a investir no desenvolvimento de uma monitorização coordenada da violência com base no género relacionada com a escola.
- A comunidade internacional deve continuar a apoiar a monitorização regular de ataques contra instituições educativas.
- Todas as partes interessadas devem dedicar recursos e priorizar a capacitação para a realização da recolha, da monitorização e da análise de dados enquanto base para atingir os objetivos acima referidos.

A versão completa dos relatórios do documento **Cuidado com a Diferença** estão disponíveis em: <https://inee.org/resources/mind-gap-state-girls-education-crisis-and-conflict>





**Rede Interinstitucional  
para a Educação em  
Situações de Emergência**